

Sumário

Capítulo 1 – Contratação de Serviços Terceirizados.

Considerações sobre a Nova Instrução Normativa da Terceirização de Serviços – IN Nº 05, de 26 de Maio de 2017	1
1. Objeto da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.....	4
2. Justificativa para a elaboração da Instrução Normativa 05, de 26 de maio de 2017	5
3. Assuntos que deverão acautelar o processo de contratação pública.....	7
4. O Tribunal de Contas da União é órgão constitucional que expede fontes de observância obrigatória em matéria de licitação	8
5. Modificações mais expressivas em relação à Instrução Normativa nº 02/2008. Revogação da IN 02/2008	9
6. Disposições Gerais da Instrução	10
6.1. Objeto da licitação regulamentada pela Instrução nº 05/2017. Serviços que não podem ser delegados ou descentralizados	11
6.2. A Instrução Normativa excluiu o raio de abrangência subjetiva de suas regras.....	11
6.3. O objeto da licitação se distingue do objeto do contrato	12
6.4. Relação jurídica contratual. Vinculação aos termos do contrato	12
6.5. Regime de execução contratual.....	13
6.6. O instrumento do contrato é obrigatório?	14
6.7. A prestação de serviços	14
6.8. Cláusulas mínimas necessária a todo contrato administrativo	15
6.9. A relativização das Cláusulas exorbitantes	16

6.10. A Função Social do Contrato Administrativo	17
6.11. Probidade e boa-fé das partes na relação contratual	18
6.12. Fases do Devido Processo Licitatório. Comparativo com a Instrução Normativa nº 02/2008.....	18
6.13. Planejamento da Contratação como dever da Administração Pública. O planejamento e a Instrução normativa nº 02/2008.....	19
6.14. Fase: Seleção de Fornecedor.....	21
6.15 Fase: Gestão do Contrato	21
6.16. A questão da sustentabilidade	23
6.17. Planejamento Estratégico	24
6.18. Fases do procedimento que tenha por objeto a contratação de obra	25
7. Das Definições	26
8. Das Características da Terceirização de Serviços. Quarteirização	32
8.1. A contratação de serviços pela Administração Pública nos termos do Decreto nº 2.271, de 07 de julho de 1997	39
8.2 Vínculo empregatício.....	39
8.3. Sumula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho. Contrato de Prestação de Serviços. Legalidade	40
9. Portaria MPOG nº 409, de 21 de dezembro de 2016. Garantias dos empregados da empresa. Questionamento sobre a sua legalidade. Regulamenta o art. 9º do Decreto nº 2.271/74....	41
10. A Constituição Federal e a função do Estado na atividade econômica.....	45
11. Princípio da não ingerência da Administração na atividade empresarial. Art. 5º da IN 05/2017	45
11.1. Intuito de evitar a configuração de relação empregatícia.....	47
11.2. Direcionamento de contratação de pessoas.....	47

11.3. Desvio de função	48
11.4. Colaborador eventual. Concessão de diárias e passagens	48
11.5. Definir o valor da remuneração dos empregados da contratada. Art. 13 da Instrução Normativa nº 02/2008. Inciso VI do art. 5º da IN 05/2017	49
11.6. A Administração não pode conceder aos trabalhadores da contratada direitos típicos de servidores públicos	50
11.7. Conteúdo do art.10 da Instrução Normativa nº 02/2008 e determinações da IN 05/2017.....	50
12. Dos Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho	51
13. Dos Serviços Passíveis de Execução Indireta.....	53
13.1. Competência privativa do Chefe do Executivo para extinguir cargos públicos mediante lei ou Decreto.....	53
13.2. Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998.....	54
13.3. Classificação Brasileira de Ocupação – CBO. § 3º do art. 7º	54
14. Apoio Administrativo – art. 8º da IN 05/2017	55
15.1. Necessidade de detida transcrição da atividade.....	56
15.2. Notificação Direta.....	56
15.3. Da Vedaçāo à Contratação de Serviços	57
15.4. A competência e a Lei nº 9.784/99. Processo Administrativo no âmbito Federal	57
15.5. Decreto nº 200/1967. Descentralização. Art. 10. A Descentralização Administrativa é um princípio que visa pulverizar as competências do Estado no sentido de voltar-se para as suas atribuições finalísticas.....	58
15.6. Decreto nº 200/67. Delegação de competência.art.11. A delegação de competência é um ato que visa dar celeridade aos processos e procedimentos.	59

15.7. Lei nº 8.666/93. Execução Indireta	59
15.8. Competências inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou entidade.....	60
15.9. Poder de Polícia. Art. 78 do CTN	60
15.10. Atos de caráter normativo	61
15.11. Concessões, autorizações, licenças, certidões ou declarações	62
15.12. Poder de decisão e aplicação de penalidade.....	62
15.13. Requisitos do ato administrativo. Agente Público Competente	62
16. Dos Serviços Prestados por Cooperativas e Instituições Sem Fins Lucrativos	63
16.1. Sociedades Cooperativas e a Constituição Federal.....	64
16.2. Sociedades Cooperativas e o Direito Civil. Características	64
16.3. Sociedades Cooperativas e a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.....	65
16.4. Sociedades Cooperativas e a Lei nº 8.666/93	67
16.5. Portaria Ministério do Trabalho nº 925, de 28 de setembro de 1995	67
16.6. Visão do TCU	68
16.7. Termo de Conciliação Judiciária. Acordo entre MPT e AGU impede União de contratar trabalhadores por meio de cooperativas de mão-de-obra.....	69
16.8. Posicionamentos do Tribunal de Contas da União	72
17. Contratação de Instituições Sem Fins Lucrativos.....	74
17.1. Instituições sem fins lucrativos e o Código Civil.....	74
17.2. Dispensabilidade da licitação em relação à determinadas entidades sem fins lucrativos.....	76

17.3 Súmula 240 do Tribunal de Contas da União	76
17.4. Associação de Portadores de Deficiência Física (Inciso XX do art. 24 da Lei nº 8.666/93)	77
17.5. Contratação Direta com Organizações Sociais para a prestação de serviços	78
17.6. Contratação Direta de Instituição Científica.....	79
17.7. Contratação Direta de Cisternas ou outra tecnologia de acesso à água	80
17.8. Primeiro e Segundo Setor	80
17.9. Terceiro Setor.....	80
17.10. Serviços Sociais Autônomos	81
17.11. Organizações Sociais – OS.....	81
17.12. Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP. Decreto nº 3.100/99 e Lei nº 9790/99	83
17.13. Profissionais devem pertencer aos quadros funcionais da instituição.....	84
17.14. Não será permitida a participação de instituições sem fins lucrativos em processos licitatórios destinados à contratação de empresário, de sociedade empresária ou de consórcio de empresa	84
17.15. Objeto das entidades sem fins lucrativos.....	85
18. Das Características dos Serviços	86
18.1 Dos Serviços Comuns.....	86
18.2. Características da Modalidade Pregão.....	88
19. Dos Serviços Prestados de Forma Contínua e Não Contínua	88
20. Serviços com Regime de Dedicação Exclusiva de Mão de Obra. Procedimento de Gerenciamento de Riscos. Risco de Descumprimento das Obrigações Trabalhistas	94

21. Do Procedimento da Contratação.....	100
22. Do Planejamento da Contratação Pública de Serviços Terceirizados.....	103
23. Dos Procedimentos Iniciais para Elaboração do Planejamento da Contratação	106
23.1. Quantidade de serviços a ser contratado.....	107
23.2. Indicação de servidor da área de licitação.....	110
24. Dos Estudos Preliminares.....	111
24.1 Diretrizes para a elaboração dos Estudos Preliminares.....	112
25. Do Gerenciamento de Riscos	115
26. Do Projeto Básico ou Termo de Referência.....	118
26.1. Diretrizes gerais para a elaboração do Projeto Básico ou Termo de Referência	119
26.2. Diretrizes específicas para a elaboração do TR ou PB	119
26.2.1. Declaração do objeto:	120
26.2.2. Fundamentação da contratação	120
26.2.3. A descrição da solução como um todo	120
26.2.4. Requisitos da contratação.....	120
26.2.5. Modelo de execução do objeto	121
26.3. Modelo de gestão do contrato e critérios de medição e pagamento	123
26.4. Instrumento de Medição de Resultado – IMR	125
26.5. Mecanismos de controle	125
26.6. Método de Avaliação	126

26.7. Definir as sanções, glosas e condições para rescisão contratual, devidamente justificadas e os respectivos procedimentos para aplicação.....	126
26.8. Definir as garantias de execução contratual	127
26.9. Forma de seleção do fornecedor:	127
27. Da Seleção do Fornecedor.....	129
28. Do Ato Convocatório	129
28.1. Do objeto	130
28.2. Das condições de participação no processo licitatório	130
28.3. Da participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equivalentes:	132
28.4. Da proposta:	132
28.5. Formulação de lances, exequibilidade e aceitabilidade da proposta vencedora na modalidade pregão.....	133
28.6. Do julgamento das propostas	134
28.7. Da desclassificação das propostas	137
28.8. Da habilitação	138
28.9. Diretrizes Específicas para Elaboração do Ato convocatório	145
28.10. Das vedações no ato convocatório.....	148
28.11. Do credenciamento	148
30. Da Adjudicação e da Homologação	152
31. Da Formalização e Publicação dos Contratos.....	152
32. Das Atividades de Gestão e Fiscalização da Execução dos Contratos.....	153
33. Da Indicação e Designação do Gestor e Fiscais do Contrato.....	155
34. Dos Aspectos Gerais da Fiscalização e do Início da Prestação dos Serviços.....	157

35. Da Fiscalização Técnica e Administrativa	160
36. Do Procedimento para Recebimento Provisório e Definitivo dos Serviços.....	167
37. Da Vigência e da Prorrogação dos contratos	168
37.1. Da Vigência do contrato	168
37.2. Da Prorrogação do Contrato	172
37.3. Quando não poderá prorrogar o contrato.....	175
38. Da Alteração dos Contratos.....	176
39. Da Repactuação e do Reajuste de Preços dos Contratos.....	178
40. Da Desconformidade da Proposta.....	181
41. Das Hipóteses de Retenção da Garantia e de Créditos da Contratada	182
42. Do Processo de Pagamento	184
43. Da conta vinculada	187
44. Das Sanções	191
45. Do Encerramento dos Contratos.....	191
46. Disposições finais	191
 Capítulo 2 – Serviços Terceirizados de Vigilância, Limpeza e Conservação com Base nos Atos Convocatórios e na Instrução Normativa Nº 05/2017	193
1. Introdução	193
2. Do objeto	195
2.1. Vigilância.....	195
2.2. Limpeza e Conservação.....	195
3. Da Legislação Aplicável	196
4. Do Termo de Referência	196

4.1 Termo de Referência no processo de contratação de vigilância	196
5. Do Termo de Referência para os Serviços de Limpeza e Conservação	198
6. Valores limites para contratação de serviços de vigilância e de limpeza e conservação (Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017 – MPDG).....	200
7. Do Credenciamento	202
8. Da participação da fornecedora	203
9. Do encaminhamento das propostas	205
10. Das Propostas e Lances	208
11. Da habilitação da fornecedora.....	210
12. Dos Recursos.....	214
13. Da Adjudicação e da Homologação	214
14. Da Garantia de Execução.....	215
14. Do contrato	217
15. Da repactuação	218
16. Das Obrigações da Contratante e da Contratada	221
17. Do processo de pagamento	225
18. Das sanções	227
Capítulo 3 – A Elaboração de Planilha de Formação de Preço Instrução Normativa Nº 05/2017	229
1. Introdução.....	230
2. Planilhas que subsidiam o Devido Processo Licitatório: classificação. Indispensabilidade do orçamento estimado	233
3. Acordos, Convenções e Dissídios Coletivos	238
4. Estrutura da Planilha de Custos e Formação de Preços conforme a Instrução Normativa: módulos, submódulos e quadros resumos	241

5. Mão de Obra	242
Módulo 1. Composição da Remuneração	243
7. Módulo 2: Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	265
7.1.Submódulo 2.1 – 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	265
7.2.Submódulo 2.2 – Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições	267
7.3.Submódulo 2.3 – Benefícios Mensais e Diários	277
8. Módulo 3 – Provisão para Rescisão	288
9. Módulo 4 – Custo de Reposição do Profissional Ausente	292
9.1.Submódulo 4.1 – Ausências Legais	292
10. Módulo 5. Insumos Diversos	301
11. Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	305
12. Pagamento do Salário.....	312
13. Impenhorabilidade do Salário	315
14. Ingerência Administrativa na formação de preços privados.....	318
15. Do acréscimo de custos pela licitante na planilha-proposta. A Administração não pode vedar	319
16. Previsão no ato convocatório de custo mínimo para lucro e custos indiretos.....	319
18. Reserva Técnica – Custo de Reposição do Profissional Ausente (sob o enfoque da in 02/2008)	321
19. Direitos prescritos no edital e os direitos previstos nas convenções coletivas	323
20. Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Não são componentes da despesa indireta – BDI. Inclusão desses tributos na planilha de Custos.....	324

21. Convenção Coletiva de Trabalho não pode fixar percentual de encargos sociais	326
22. Pesquisa de Preço, preço estimado e preço máximo.....	327
23. Momento do encaminhamento da planilha-proposta no pregão eletrônico	330
24. Nexo entre a planilha-paradigma e a planilha-proposta – exequibilidade da proposta	333
25. Portaria Nº 213, de 25 de Setembro de 2017	335
26. Dos Direitos Sociais. Direitos Mínimos. Reforma Trabalhista. Planilha Orçamentária de Serviços Terceirizados.....	337
27. Flexibilização das normas trabalhistas.....	338
28. Responsabilidade Solidária do grupo econômico e a licitação.....	340
29. Flexibilização da jornada de trabalho, do descanso e a licitação.....	342
30. Férias com a reforma trabalhista	343
31. A insalubridade e a empregada grávida	344
32. A questão e a flexibilização quanto aos trabalhadores hiperssuficientes	345
33. Flexibilização relacionada ao salário e aos benefícios dos trabalhadores. Plano de Cargos e Salários.	346
Capítulo 4 – Gestão e Fiscalização dos Contratos.....	349
1. Contrato Administrativo e a necessidade de uma visão unitária com o direito privado.....	349
2. Gestão dos contratos e as diversas formas de fiscalização	351
3. Definições indispensáveis	354
4. O processo de contratação e os atos iniciais de gestão do contrato	356

5. Da indicação e da designação do gestor e dos fiscais do contrato.....	357
6. A competência do Gestor do Contrato nos Serviços Terceirizados	359
7. A competência do Fiscal Administrativo.....	359
8. Competência do Fiscal Técnico	361
9. Competência do Fiscal Setorial.....	362
10. Da fiscalização inicial.....	362
11. Da fiscalização mensal.....	363
12. Da Fiscalização Diária	364
13. Da Fiscalização Procedimental.....	364
14. Da Fiscalização por amostragem	364
15. Do Recebimento provisório e definitivo do serviço	365
16. Liquidação e pagamento.....	365
17. Relatórios	366
18. Competência para sanções.....	366
Referências Bibliográficas	367